

# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

**CNI** Confederação  
Nacional  
da Indústria



## 1. INVESTIMENTOS

### 1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R\$ 6,3 trilhões, conforme consulta em abril de 2026. Deste valor, aproximadamente R\$ 77,9 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior

orçamento de investimentos com R\$ 13,4 bilhões, o que representou 17% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R\$ 749 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R\$ 77,9 bilhões), foram empenhados R\$ 16,5 bilhões, cerca de 21% da dotação autorizada até o fim de março. No mesmo período foram liquidados do orçamento R\$ 2,7 bilhões e pagos R\$ 2,1 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somaram R\$ 11,8 bilhões.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2025 Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 10/04/2026 (R\$ milhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13.400	5.537	41,3%	1.234	9,2%	928	6,9%	1.691	2.618	2.842
Ministério da Saúde	14.509	3.387	23,3%	413	2,8%	319	2,2%	1.387	1.705	12.514
Ministério da Defesa	8.294	1.299	15,7%	180	2,2%	169	2,0%	724	893	4.300
Ministério da Fazenda	639	45	7,0%	1	0,1%	1	0,1%	37	38	317
Ministério da Educação	7.291	1.260	17,3%	205	2,8%	174	2,4%	1.353	1.527	7.813
Ministério das Cidades	6.336	706	11,1%	77	1,2%	77	1,2%	925	1.002	9.739
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8.242	1.053	12,8%	208	2,5%	201	2,4%	1.430	1.631	16.258
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.590	926	35,7%	3	0,1%	2	0,1%	243	245	2.474
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.830	1.183	41,79%	281	9,92%	145	5,11%	444	588	469
Ministério da Agricultura e Pecuária	989	64	6,5%	3	0,3%	3	0,3%	594	597	3.788
Ministério de Portos e Aeroportos	749	78	10,3%	19	2,5%	0	0,0%	35	35	389
Ministério do Esporte	566	68	12,0%	0	0,0%	0	0,0%	87	87	1.680
Outros*	11.511	864	7,5%	65	0,6%	55	0,5%	820	875	5.791
<b>Total</b>	<b>77.945</b>	<b>16.468</b>	<b>21,1%</b>	<b>2.689</b>	<b>3,4%</b>	<b>2.073</b>	<b>2,7%</b>	<b>9.768</b>	<b>11.842</b>	<b>68.374</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

\*Inclui: Ministério da Cultura, Justiça Federal, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Justiça Eleitoral, Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Ministério das Comunicações, Ministério Público da União, Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, Superior Tribunal de Justiça, Ministério das Mulheres, Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Banco Central do Brasil - Bacen, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Previdência Social, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Relações Exteriores, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Advocacia-Geral da União, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Supremo Tribunal Federal, Justiça Militar da União, Controladoria-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

## 1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de R\$ 14,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados até o fim de fevereiro, cerca de R\$ 5,6 bilhões (40% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 1,2 bilhões. Até o fim de março, os valores pagos do orçamento foram de cerca de R\$ 928 milhões e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de R\$ 2,7 bilhões.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de R\$ 749 milhões autorizado para investimentos em 2026, até o fim de fevereiro foram empenhados R\$ 78 milhões e ainda não houve liquidação ou pagamento.

Dos R\$ 14,2 bilhões de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (R\$ 13,4 bilhões) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (R\$ 749 milhões), aproximadamente 83% (R\$ 11,7 bilhões) foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (R\$ 411 milhões), aquaviário (R\$ 461 milhões), aeroportuário (R\$ 276 milhões) e outros (R\$ 1,3 bilhões).

**Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2025 Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 10/04/2026 (R\$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar (e)	Pagos (f)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	276	20	7%	0	0%	0	0%	5	5	5	257
Ferrovial	411	58	14%	1	0%	0	0%	36	36	36	280
Aquaviário	461	56	12%	19	4%	0	0%	22	22	22	141
Rodoviário	11.739	4.990	43%	899	8%	594	5%	1.575	2.168	2.168	2.186
Outros	1.263	490	39%	335	27%	334	26%	88	421	421	368
Total	14.149	5.614	40%	1.253	9%	928	7%	1.726	2.654	2.654	3.231

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu em 2026, aproximadamente, R\$ 8,1 bilhões de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R\$ 159 milhões.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, R\$ 70,5 bilhões. O Ministério dos Transportes teve R\$ 4,4 bilhões inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos R\$ 439 milhões.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos até o fim de março de 2026 corresponderam a 13% do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou até o fim de fevereiro 37% do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou 8% do seu total inscrito.

**Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026**

Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 10/04/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	96	1.834	6.142

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 10/04/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	30	1.560	2.813
Ministério de Portos e Aeroportos	439	16	33	389
União	70.461	295	7.934	62.232

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

### 1.3. Execução do Orçamento das Estatais (MPO)

Até o 1º bimestre de 2026, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotações autorizadas para investimentos no valor de R\$197,9 bilhões. Foram executados até 1º bimestre, investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, equivalentes a 10% da dotação autorizada. Esse valor foi 37% superior ao desembolsado em 2025 (até o primeiro bimestre = R\$ 14,7 bilhões), em valores correntes.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, as dotações de investimentos para 2026 foram de, aproximadamente, R\$ 177,5 bilhões. As despesas totais realizadas,

de janeiro a fevereiro de 2026, foram cerca de R\$ 18,9 bilhões, o que representou execução de 11% do autorizado e 95% do total executado pelo conjunto das estatais.

Entre as empresas, o Grupo Petrobras concentrou 97,9% da dotação autorizada para as estatais em 2026 e respondeu por 99,6% da despesa realizada até o 1º bimestre de 2026 com o total de R\$ 18,84 bilhões (execução de 71% de sua dotação).

Os investimentos realizados pelas empresas estatais até o primeiro de 2026 aumentaram em relação às aplicações no mesmo período em 2025. O Grupo Petrobras foi o principal responsável por essa elevação, tendo aumentado os seus investimentos efetivamente realizados de R\$ 14,6 bilhões para R\$ 18,84 bilhões, se comparados os dispêndios de janeiro a fevereiro de 2025 com o mesmo período em 2026.

Tabela 4 - Execução do Orçamento das Estatais (MPO) R\$ milhões

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.	Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Ministério de Minas e Energia	177.467	18.926	Produção Industrial	171	6
Ministério dos Portos e Aeroportos	2.098	42	Energia Elétrica	3.651	125
Ministério das Comunicações	2.010	16	Combustíveis Minerais	166.337	18.663
Outros	16.320	1.014	Transporte Aéreo	543	22
Total	197.894	19.998	Transporte Rodoviário	0	0
			Transporte Hidroviário	1.531	32
			Transportes Especiais	3.526	36

Por função	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.	Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Indústria	145	7	Grupo ENBPar	1.638	43
Comunicações	2.010	16	Grupo Petrobras	175.817	18.884
Energia	177.467	18.926	Cias DOCAS	1.595	20
Transporte	2.098	42	Infraero	502	21
			Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A *	62	1

Fonte: Portaria dos Investimentos das Empresas Estatais, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

\*Aprovada a sua criação, por meio da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e pelo Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, a NAV Brasil foi, finalmente, constituída em 30 de maio de 2021, a partir da cisão da Infraero, de quem recebeu todos os elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados e os acervos técnico, bibliográfico e documental. Somente em 2022 passou a fazer parte da publicação da portaria dos investimentos das empresas estatais. A NAV foi incluída pela primeira vez nos investimentos das estatais na Portaria 2.750, de 29 de março de 2022.



## 2. ENERGIA ELÉTRICA

### 2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em janeiro de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 69 GW médios, valor 2% inferior ao verificado em janeiro de 2025.

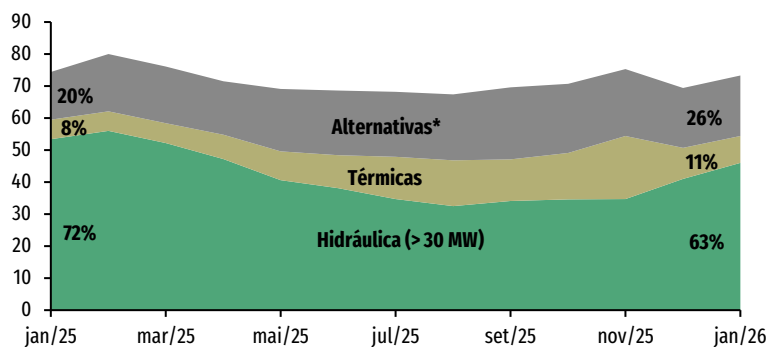
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (59% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a eólica (50%).

Tabela 5 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	43.685	41.041	-6%	59%
Térmica	7.662	9.676	26%	14%
Eólica	12.310	11.255	-9%	16%
PCH e CGH	3.621	3.100	-14%	4%
Fotovoltaica	3.710	4.393	18%	6%
Total	70.989	69.465	-2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

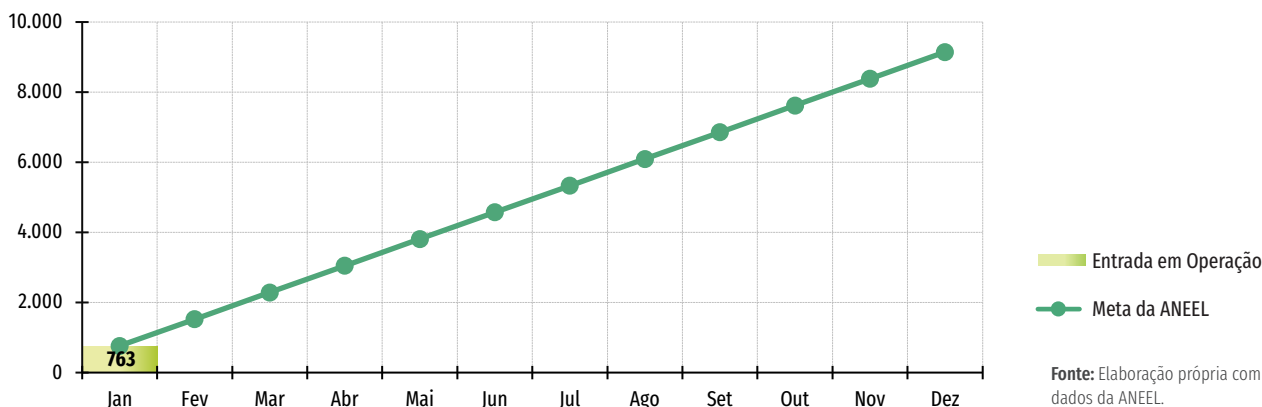
\*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

### 2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional

ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

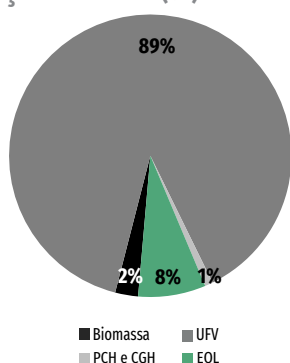
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2025 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e janeiro de 2026, entraram em operação 16 usinas com um total de 763 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 59 MW, as termelétricas a combustíveis fósseis (UTES) por 0 MW, as usinas à biomassa por 20 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 7 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 677 MW.

**Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

\* Inclui UTES a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2025 e o final de 2029.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 25 GW no período 2025-2029. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,2% ao ano.

**Tabela 6 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030\***

### Fontes Alternativas

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	6.360	5.690	92	27	31	12.200
Otimista	6.360	6.199	3.143	3.861	2.119	21.682

### Usinas Termelétricas Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	2.777	639	0	0	0	3.416
Otimista	2.777	639	0	0	49	3.465

### Somatório Fontes Alternativas e Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	9.137	6.329	92	27	31	15.616
Otimista	9.137	6.838	3.143	3.861	2.168	25.147

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Estão inclusos em fontes alternativas, 50 MW referentes à entrada de UHs.

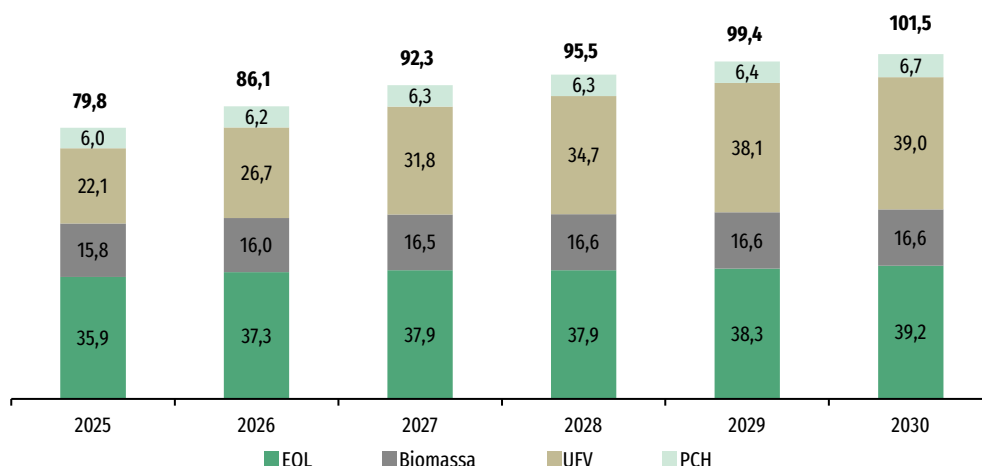
\*A previsão para 2025 equivale àquela definida em 31/12/2024 para os doze meses subsequentes.

Entre 2025 e 2029, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTES). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTES deve ser mantida em cerca de 14% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2029. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 48%, no início de 2025, para 47%, no final de 2029.

Ao final de 2025, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2029. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 16%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 12% para 13%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2029.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2029, 41% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 46%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 5% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.  
Nota: Em 2024, Capacidade Instalada em 31/12/2024.

## 2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em janeiro de 2026, entraram em operação 608 MW de

potência instalada em geração distribuída, valor -29% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

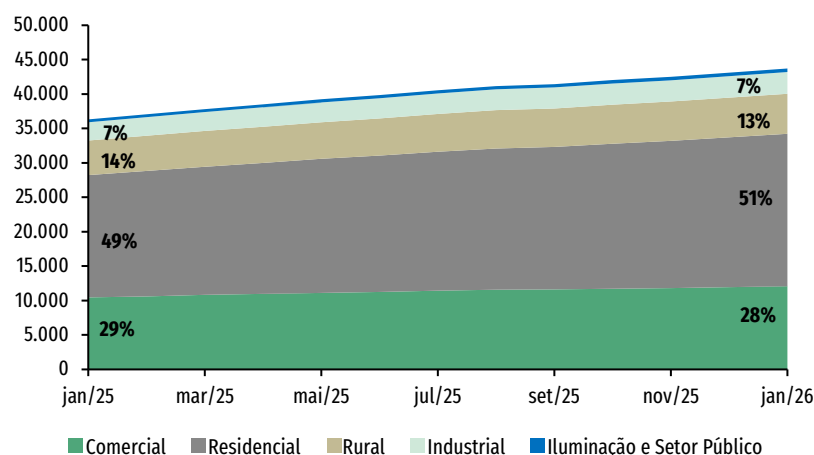
A potência instalada em geração distribuída, em janeiro de 2026, foi de 43.753 MW, valor 20% superior ao verificado em janeiro de 2025. O setor industrial representa 7% (3163 MW) do total da potência instalada em janeiro de 2026.

Tabela 7 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Residencial	458,5	392,1	-14%
Comercial	240,7	133,79	-44%
Rural	85,6	49,8	-42%
Industrial	52,5	24,7	-53%
Iluminação e Poder Público	12,7	7,3	-43%
Total	850,0	607,7	-29%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

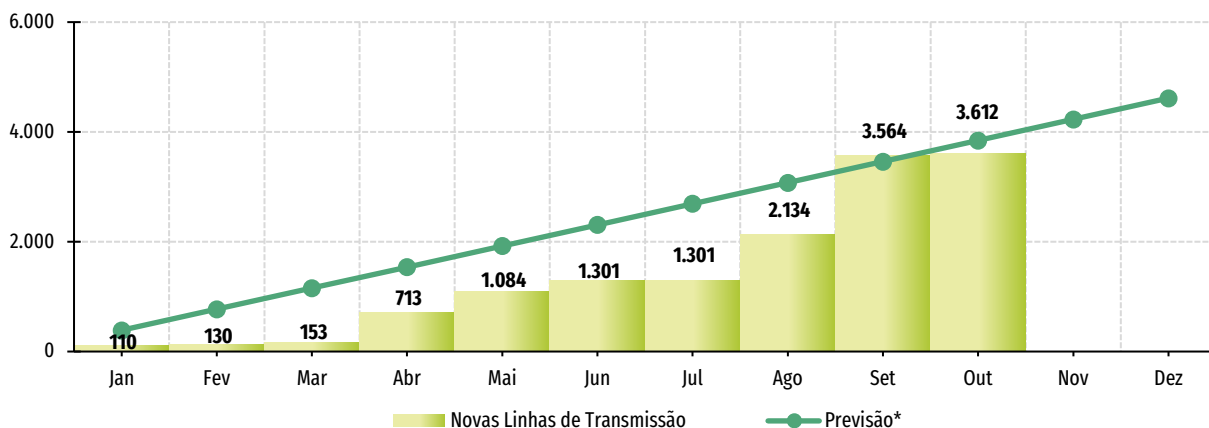
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

## 2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Em outubro de 2025, entraram em operação 48 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2025 é de 4,6 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2026, são previstos 4,1 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até outubro de 2025, 498 km foram da classe de tensão de 230 kV, 69 km foram da classe de tensão de 345 kV, 0 km foram da classe de tensão de 440 kV, e 3045 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: \*Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2025.

## 2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em janeiro de 2026, todos os subsistemas apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. O subsistema Norte apresentou reservatórios com o nível de 58,7%, 21,7 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. O subsistema Sul foi o que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com janeiro de 2025.

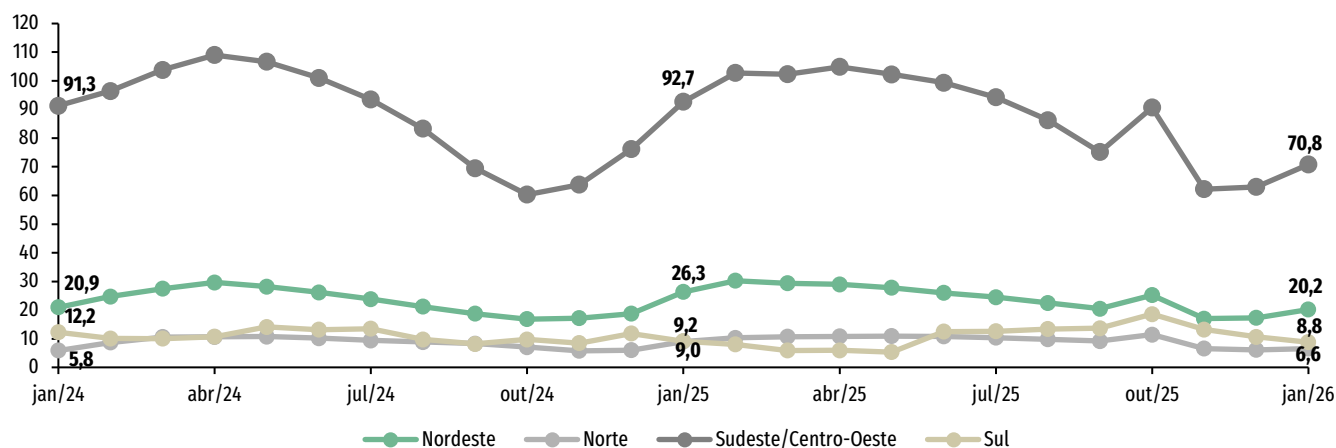
Em janeiro de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 106.382 GWh de energia armazenada, valor 22% inferior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. O subsistema Sudeste/Centro-Oeste teve 70.829 GWh armazenados, valor 24% inferior ao observado em janeiro de 2025.

Tabela 8 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Varição % jan/2026-jan/2025
Nordeste	70%	54%	-16,1
Norte	80%	59%	-21,7
Sudeste/Centro-Oeste	62%	47%	-14,6
Sul	61%	59%	-2,4

Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

## 2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2026, 49 mil GWh, apresentando um valor 3,7% superior ao observado em janeiro de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do “acessante”. Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15,8 mil GWh, valor 1% inferior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 32% do total da energia elétrica consumida em janeiro de 2026.

Em janeiro de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 14,2% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Varição % jan/2026-jan/2025
Residencial	15.637	16.989	8,6%
Industrial	15.985	15.794	-1,2%
Comercial	8.793	9.352	6,4%
Outras	6.954	6.968	0,2%
Total	47.369	49.103	3,7%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 10 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Varição % jan/2026-jan/2025	Varição % jan/2026
Metalúrgico	4.236	3.964	-6%	25%
Outros	2.478	2.432	-2%	15%
Produtos Alimentícios	2.286	2.369	4%	15%
Químico	1.599	1.485	-7%	9%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.167	1.169	0,2%	7%
Extração de minerais metálicos	1.231	1.406	14%	9%
Borracha e Material Plástico	879	869	-1%	6%
Papel e Celulose	815	869	7%	6%
Automotivo	543	490	-10%	3%
Têxtil	432	426	-1%	3%
Produtos Metálicos*	320	316	-1%	2%
Total	15.985	15.794	-1%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Nota: \*Exceto máquinas e equipamentos.

## 2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

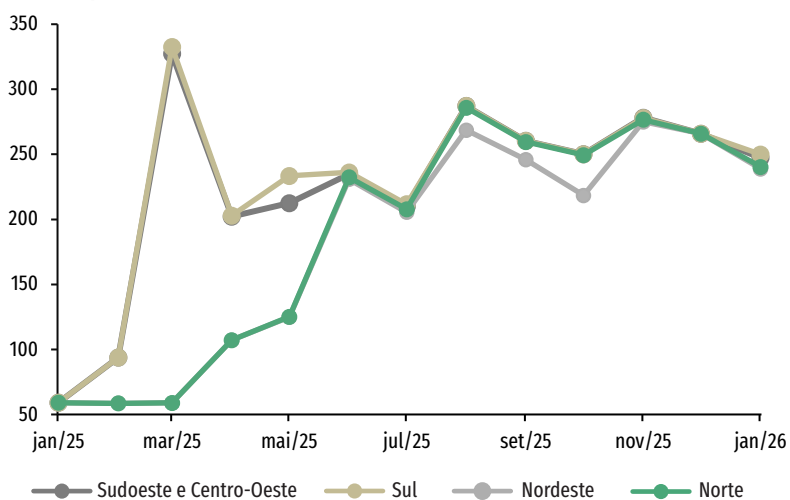
O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todos os subsistemas.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o PLD observado, em janeiro de 2026, foi de R\$ 247/MWh, valor 318% superior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para o subsistema Sul, o PLD registrou o valor de R\$ 250/MWh, apresentando um aumento de 322% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O subsistema Nordeste registrou o valor de R\$ 239/MWh, apresentando um aumento de 304% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já o subsistema Norte apresentou o PLD em R\$ 240/MWh, um crescimento de 306% comparado com janeiro de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



## 2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

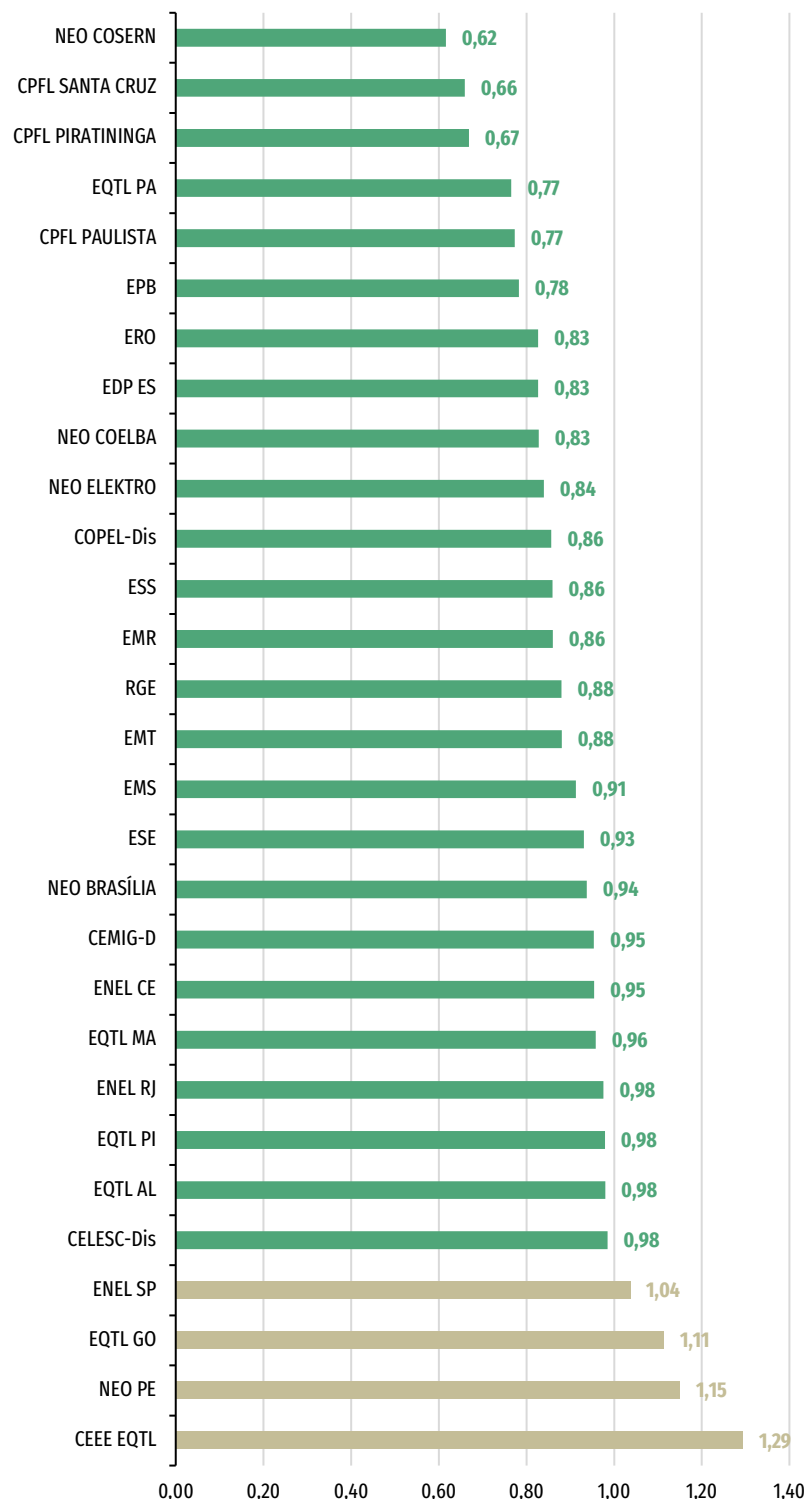
### 2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.

O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em janeiro, a distribuidora NEO COSERN foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,62, seguida pela CPFL SANTA CRUZ (0,66) e pela CPFL PIRATININGA (0,67), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - jan/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

## 2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

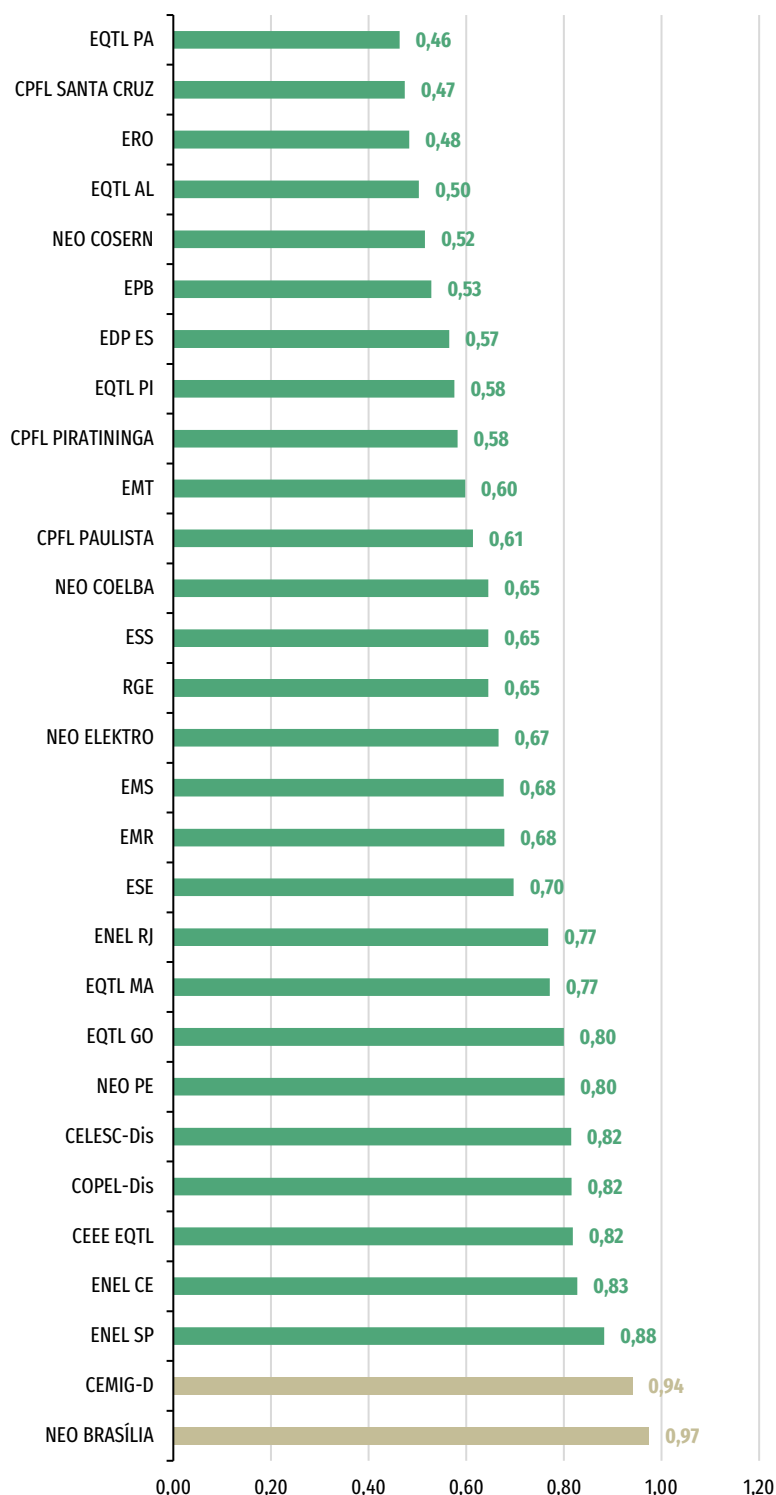
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em janeiro, a EQTL PA foi a distribuidora que apresentou o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupção no fornecimento de energia, com um FEC de 0,46, seguida pela CPFL SANTA CRUZ (0,47) e pela EQTL AL (0,48).

Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 04 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,50.

Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - jan/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.



## 3. PETRÓLEO

### 3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

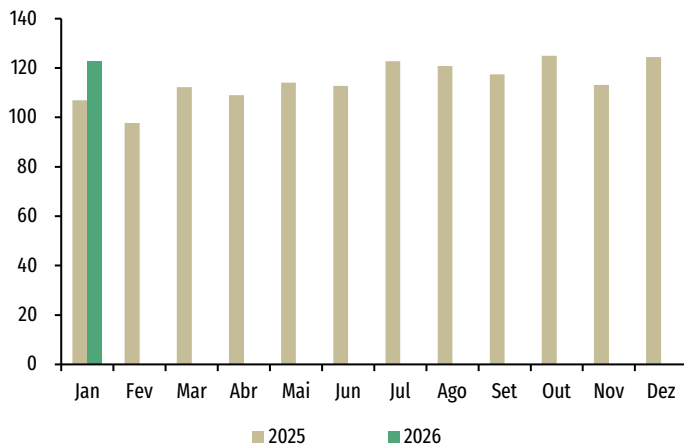
A produção nacional de petróleo, no mês de janeiro de 2026, foi de 123 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m<sup>3</sup>), volume 15% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em janeiro de 2026 foi de 28,2°, sendo que 2,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 89,6% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 8,1% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2026, foi de 63 milhões bep. Esse volume foi 3% inferior ao observado no mesmo mês em 2025.

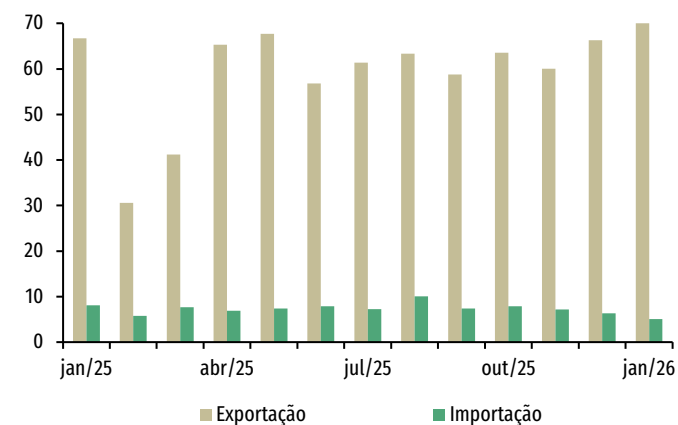
De acordo com a ANP, em janeiro de 2026, cerca de 97,9% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



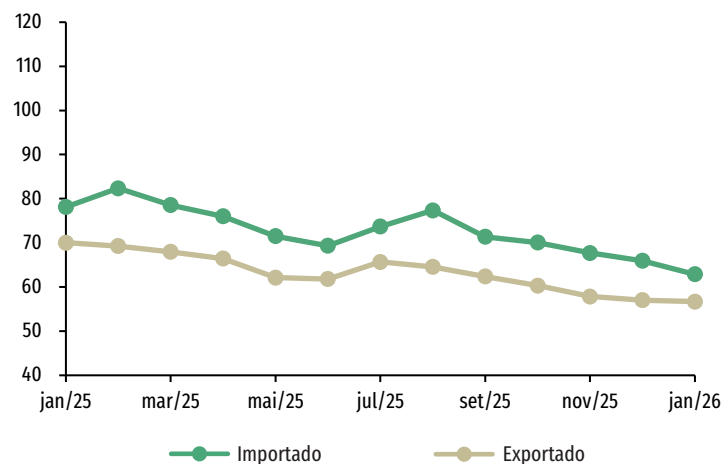
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



O volume de petróleo exportado pelo país, em janeiro de 2026, foi de 71,2 milhões bep, volume 7% superior ao exportado em janeiro de 2025. Já a importação de petróleo foi de 5,1 milhões bep, volume 38% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 56,4 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em janeiro de 2026, foi de US\$ 63/barril, valor 19,5% inferior ao observado em janeiro de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Produção de Petróleo (a)	106,9	122,6	15%
Importação de Petróleo (b)	8,1	5,1	-38%
Exportação de Petróleo (c)	66,7	71,2	7%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	48,3	56,4	17%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



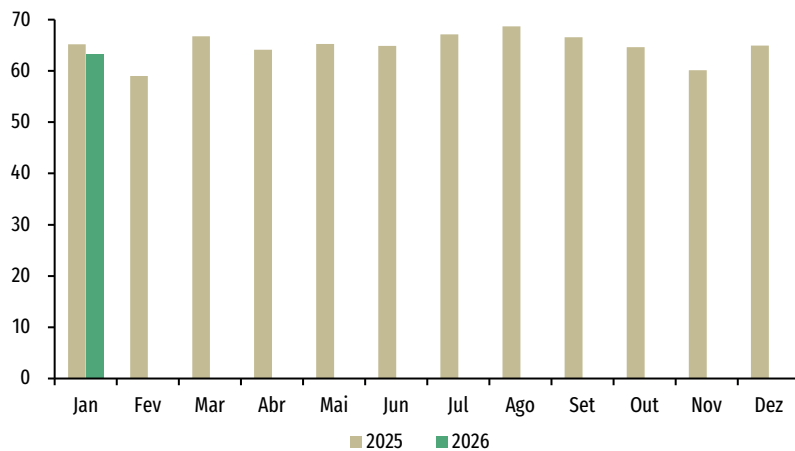
### 3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em janeiro de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep, volume 3% inferior ao produzido em janeiro de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2026, foi de 18 milhões bep, valor 8% inferior ao registrado em janeiro do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2026 foi constatado um total de 12 milhões bep, o que representa um volume 4% superior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em janeiro de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de 9% em relação a um consumo aparente de 70 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)

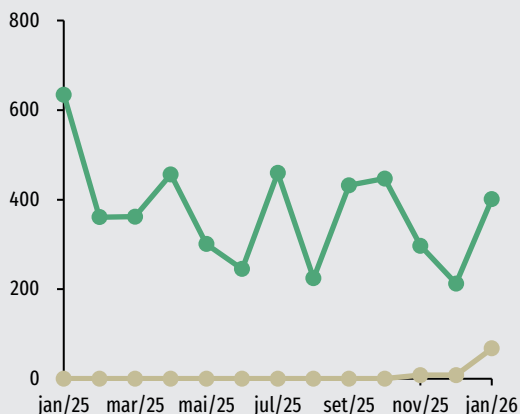


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

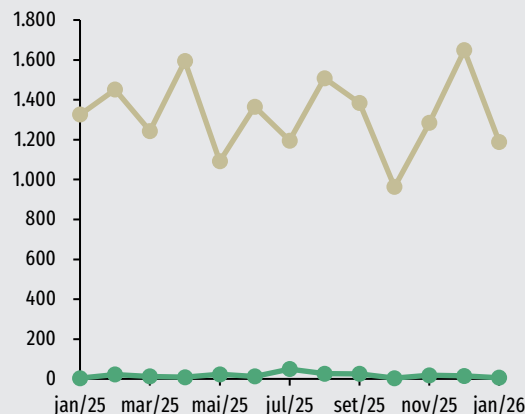


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)

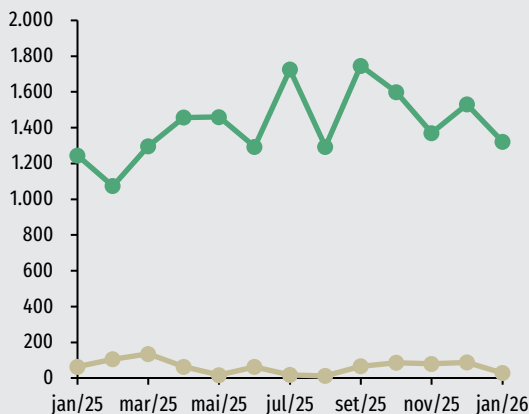
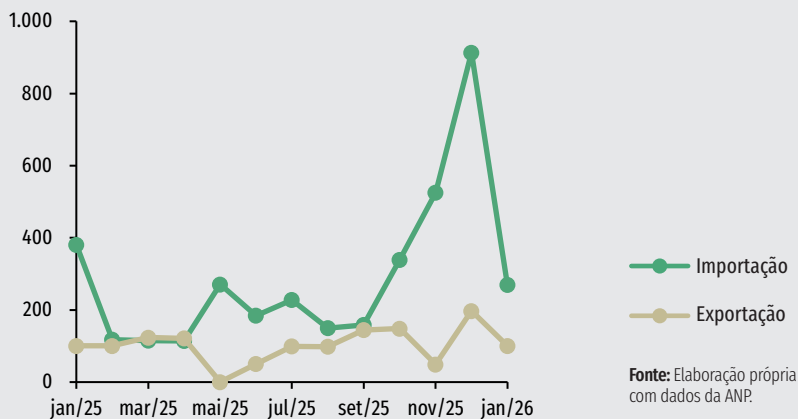


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



● Importação  
● Exportação

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 12 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Produção de Derivados (a)	65,2	63,3	-3%
Importação de Derivados (b)	20,0	18,5	-8%
Exportação de Derivados (c)	11,6	12,0	4%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	73,6	69,7	-5%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2026, apresentou saldo positivo de US\$ 3.391 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 3.391 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US\$ 3.410 milhões FOB.

Tabela 13 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US\$ FOB)

	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
<b>Petróleo</b>			
Receita com exportação (a)	4.673	4.037	-14%
Dispêndio com importação (b)	634	318	-50%
Balança Comercial (c)=(a-b)	4.040	3.718	
<b>Derivados</b>			
Receita com exportação (d)	941	935	-1%
Dispêndio com importação (e)	1.570	1.262	-20%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-629	-327	
<b>Petróleo e Derivados</b>			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	5.614	4.971	-11%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.204	1.580	-28%
Balança Total (i)=(g)-(h)	3.410	3.391	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.





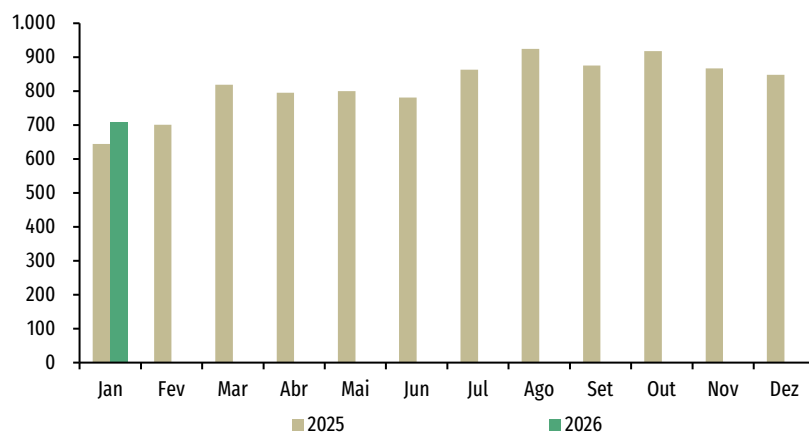
## 4. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em janeiro de 2026, foi de 708 mil m<sup>3</sup>, montante 10% superior ao produzido em janeiro de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2026, foi de R\$ 6,00/ℓ, valor 1% inferior ao registrado em janeiro de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 4.2. Álcool

#### 4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2025/2026 produziu, até janeiro de 2026, 35,6 milhões de m<sup>3</sup> de álcool. Desse total, 62% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 0% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 43 milhões de toneladas, volume equivalente ao observado no mesmo período da safra 2024/2025.

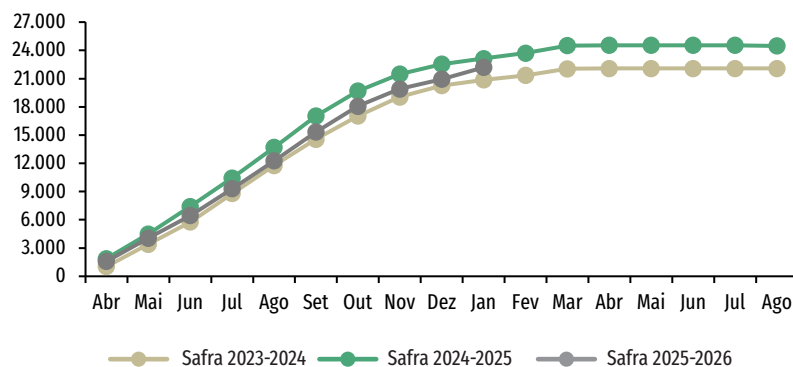
As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Tabela 14 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2024/2025 (até final de janeiro 2025)	Safra 2025/2026 (até final de janeiro 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m <sup>3</sup> )	12.367.652	13.436.756	9%
Álcool Hidratado (m <sup>3</sup> )	23.141.881	22.206.612	-4%
Total Álcool (m <sup>3</sup> )	35.509.533	35.643.368	0%
Açúcar (ton)	43.208.566	43.210.342	0%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

## 4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

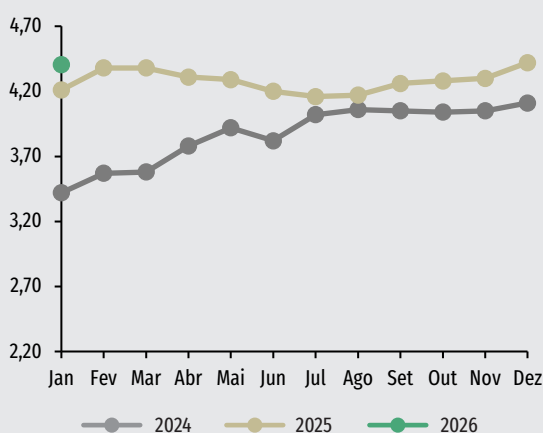
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,7 milhão de m<sup>3</sup> em janeiro de 2026. Esse número representa uma redução de 10% em relação ao volume vendido em janeiro do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 30% do universo de

vendas do álcool e da gasolina em janeiro de 2026. Essa participação foi 2,7 pontos percentuais inferior ao observado em janeiro do ano anterior.

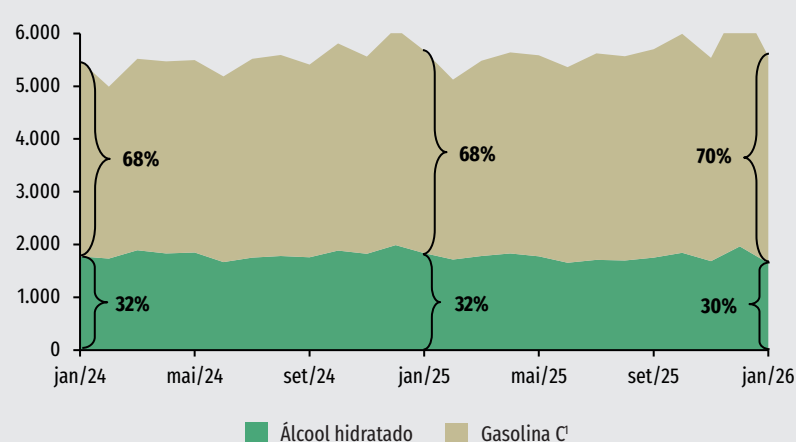
Em janeiro de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 4,41/l, valor 5% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

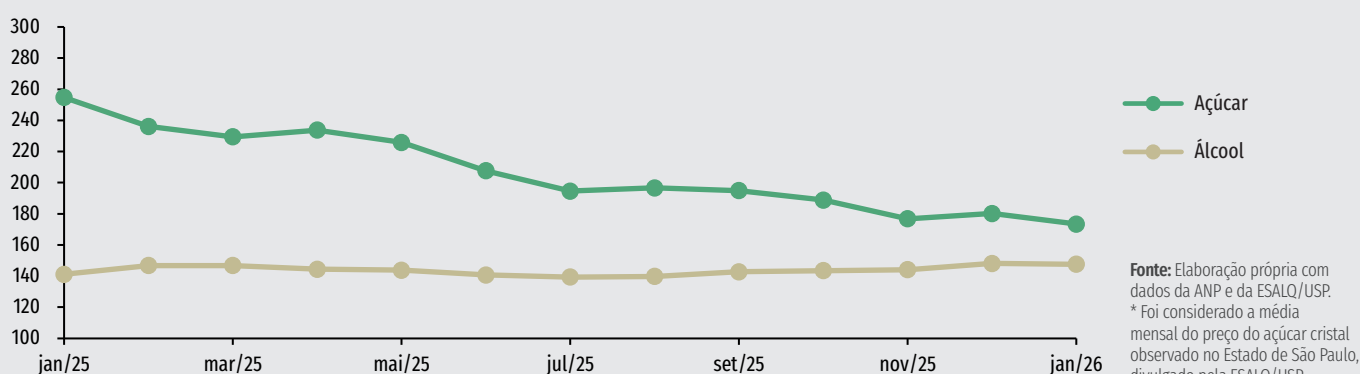
Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhões m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.  
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.  
\* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESALQ/USP.

## 5. GÁS NATURAL

### 5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

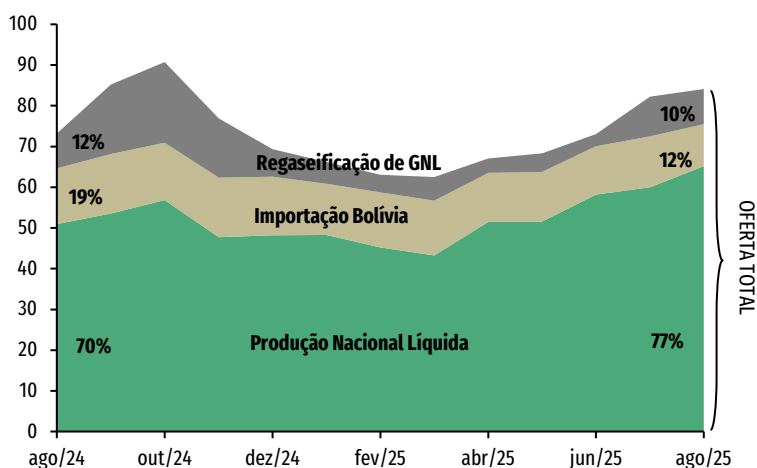
Segundo dados do MME, a produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2025, foi de 189 milhões m<sup>3</sup>/dia, representando um aumento de 18% comparado a agosto do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em agosto de 2025, foi de 10,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 25% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em agosto de 2025, totalizou 9 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 1% superior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em agosto de 2025, a oferta total de gás natural atingiu 84,1 milhões m<sup>3</sup>/dia, valor 15% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,1% em agosto de 2024. Em agosto de 2025, essa proporção foi de 65,5%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 15 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Variação % ago/2025-ago/2024
Produção Nacional <sup>1</sup>	159,7	188,9	18%
- Reinjeção	86,6	97,1	12%
- Queimas e perdas	3,6	4,9	35%
- Consumo próprio	18,6	21,8	17%
= Produção Nac. Líquida	50,9	65,2	28%
+ Importação Bolívia	13,7	10,3	-25%
+ Importação regaseificação de GNL	8,5	8,61	1%
= Oferta	73,2	84,1	15%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: <sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

## 5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em agosto de 2025 foi, em média, cerca de 81 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 16% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, volume 4% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 39% do consumo de gás natural em agosto de 2025. O setor industrial foi responsável por 50% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 16 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Varição % ago/2025-ago/2024
Industrial*	39,2	40,6	3,7%
Automotivo	4,5	3,9	-12%
Residencial	1,7	1,9	11%
Comercial	1,0	0,9	-3%
Geração Elétrica	21,8	31,8	46%
Co-geração*	1,1	1,3	10%
Outros	0,61	0,9	47,5%
Total	69,9	81,3	16%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

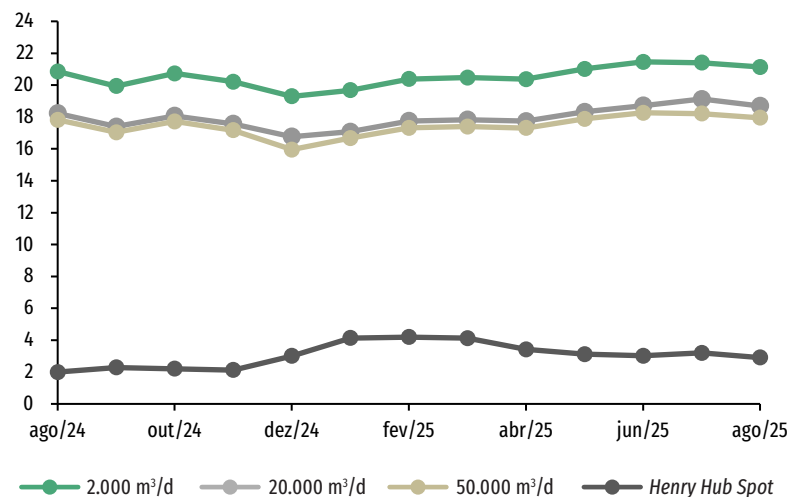
Nota: \*Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

## 5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2025, foi de US\$ 19,26/MMBtu, valor 2% superior ao observado em agosto de 2024 (US\$ 18,97/MMBtu).

Em agosto de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *Spot Henry Hub* foi de US\$ 2,91/MMBtu, valor 46% superior ao apresentado em agosto de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado *Spot Henry Hub*<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da *Energy Information Administration* (EIA).

Nota: <sup>1</sup>Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup>Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



## 6. TELECOMUNICAÇÕES

### 6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados 271 milhões de acessos móveis no mês de janeiro de 2026, valor 2,8% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 22% foram realizados por tecnologia 5G, 66% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 6,8% por tecnologia 2G.

Em janeiro de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a janeiro de 2025 (46%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (14%).

Tabela 17 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025	Variação % jan/2026
2G	19,5	18,4	-5%	7%
3G	17,2	14,8	-14%	5%
4G	185,5	177,5	-4%	66%
5G	41,2	60,0	46%	22%
Total	263,4	270,7	3%	100%

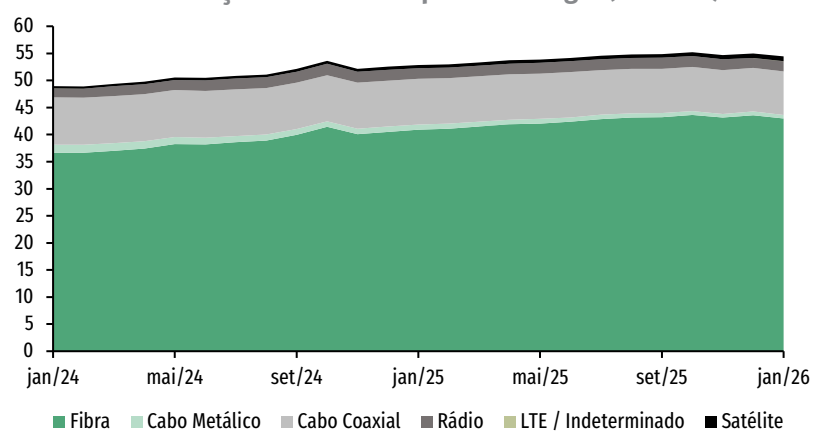
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

### 6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de janeiro de 2026, foram efetuados 54 milhões de acessos em internet fixa, valor 3% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 94% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 5% em relação aos acessos realizados em janeiro de 2025 nessa mesma faixa.

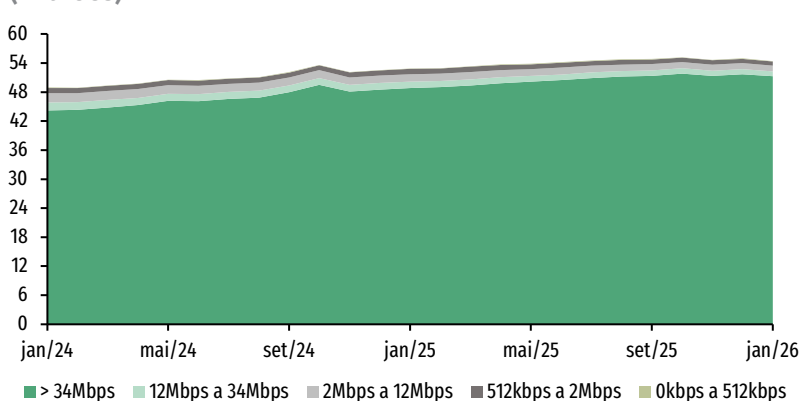
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra óptica, que aumentou 5% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra óptica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 79% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



## 7. TRANSPORTES

### 7.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

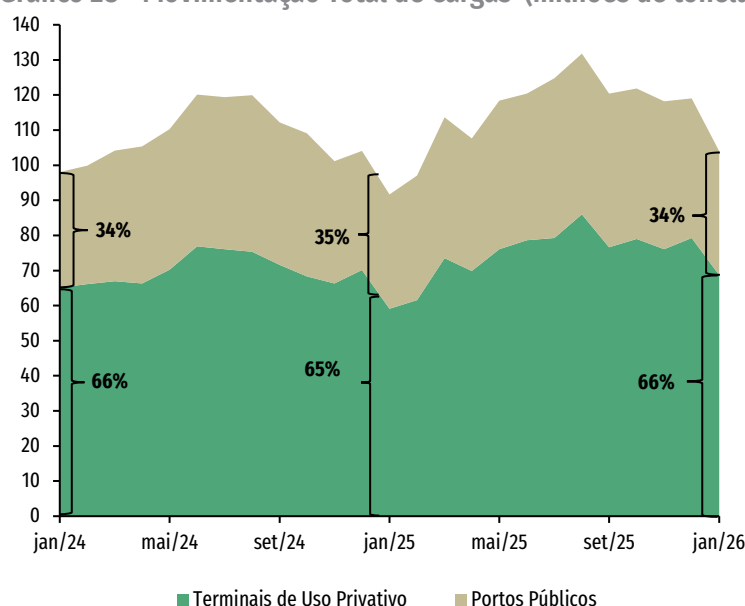
#### 7.1.1 Movimentação de cargas

Em janeiro de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 104 milhões de toneladas, volume 13% superior ao do mesmo mês de 2024.

Os TUPs representaram 66% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em janeiro de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 69 milhões de toneladas, volume 16% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 35 milhões de toneladas, volume 9% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em janeiro de 2026, foi de 1255 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), volume 2% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Granel Sólido (a)	48.885	54.658	12%
Portos Públicos	17.242	19.465	13%
TUPs	31.643	35.193	11%
Granel Líquido e Gasoso (b)	23.888	31.159	30%
Portos Públicos	4.053	5.258	30%
TUPs	19.835	25.901	31%
Carga Geral (c)	5.191	4.942	-5%
Portos Públicos	2.207	2.100	-5%
TUPs	2.984	2.842	-5%
Carga Containerizada (d)	13.667	13.204	-3%
Portos Públicos	9.001	8.484	-6%
TUPs	4.666	4.720	1%
Total (a+b+c+d)	91.631	103.963	13,5%
Portos Públicos	32.503	35.307	9%
TUPs	59.128	68.656	16%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

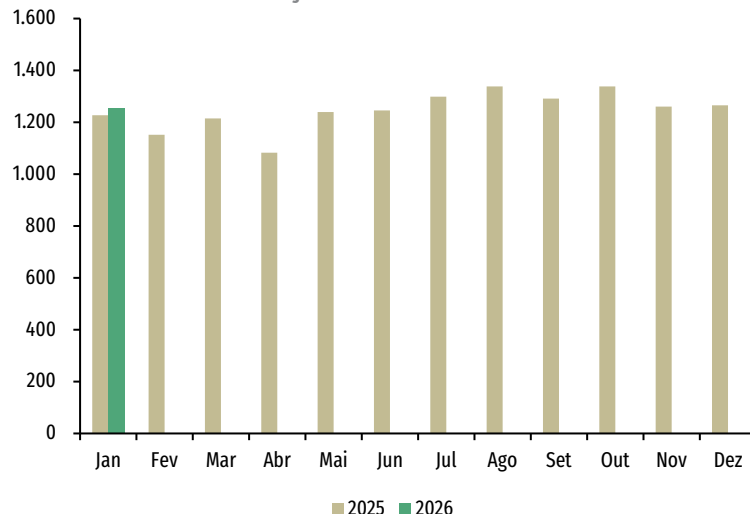
Em janeiro de 2026, a navegação de longo curso representou 68% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (26%), de interior (5%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 27 milhões de toneladas, valor 13% superior ao observado em janeiro de 2025.

Os portos privados corresponderam por 77% das cargas movimentadas, totalizando 21 milhões de toneladas em janeiro. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 23% da movimentação total.

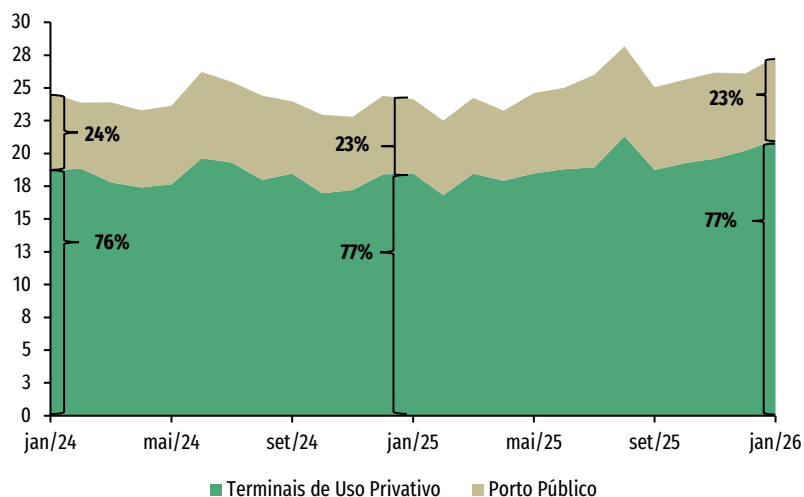
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os graneis líquidos e gasosos (18,2 milhões ton), seguidos pelos graneis sólidos (4,1 milhões ton), pelas cargas containerizadas (4,0 milhões ton) e pela carga geral (1,1 milhões ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 19 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Granel Sólido (a)	3.623	4.099	13%
Granel Líquido e Gasoso (b)	15.545	18.216	17%
Carga Geral (c)	794	1.074	35%
Carga Containerizada (d)	4.182	3.983	-5%
Total (a+b+c+d)	24.145	27.372	13,4%

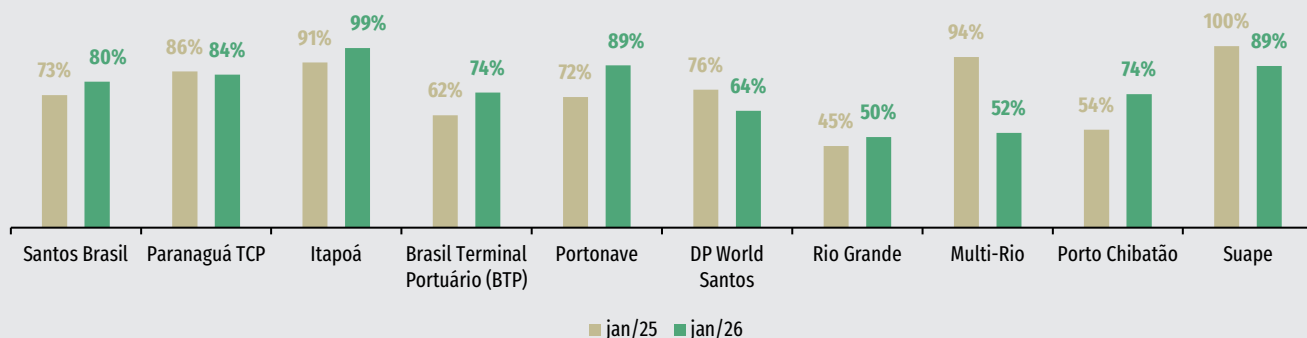
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

## 7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em janeiro de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, os

terminais de contêineres de Itapoá foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 99% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Janeiro (%)



Fonte: SOLVE Shipping.

## 7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 536 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso em janeiro 2026, foram contabilizados 119 casos de omissões ou cancelamentos (22% do total).

O terminal Santos Brasil foi o que apresentou o maior número de problemas (24), seguido por Paranaguá TCP (16) e Rio Grande (12).

Tabela 20 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	7	60	12%
Multi-Rio	8	37	22%
Paranaguá TCP	16	92	17%
Rio Grande	12	44	27%
DP World Santos	2	33	6%
Itapoá	10	47	21%
Portonave	11	30	37%
Santos Brasil	24	68	35%
Pecém	4	16	25%
Suape	-	11	0%
Outros	25	98	26%
<b>Brasil</b>	<b>119</b>	<b>536</b>	<b>22%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, em janeiro de 2026, foram 182 casos de atraso, o que representa 34% do total.

Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Terminal de Santos BTP com 37 registros de atraso.

Tabela 21 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	29	92	32%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	37	60	62%
Santos Brasil	13	68	19%
Portonave	15	30	50%
DP World Santos	7	33	21%
Multi-Rio	16	37	43%
Itapoá	12	47	26%
Rio Grande	18	44	41%
Suape	2	11	18%
Pecém	2	16	13%
Outros	31	98	32%
<b>Brasil</b>	<b>182</b>	<b>536</b>	<b>34%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Nota: O Porto de Chibatão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

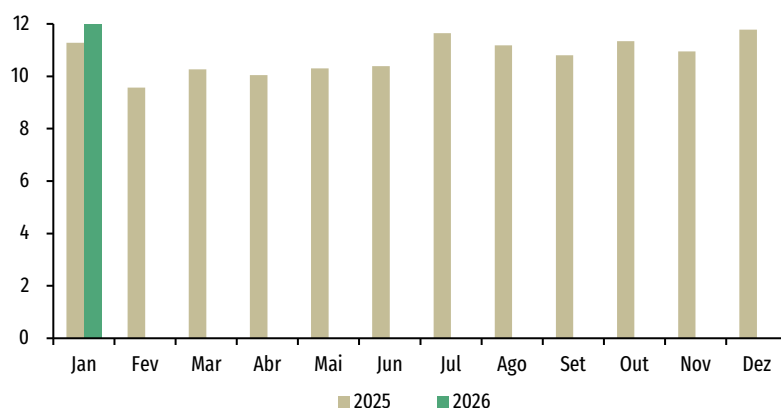
Em janeiro 2026, 56% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

## 7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em janeiro de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 12,4 milhões de passageiros, valor 10% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 75% da movimentação total em janeiro de 2026.

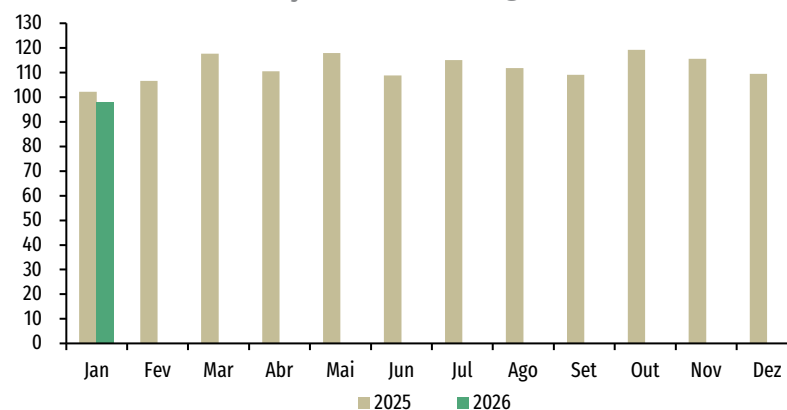
A movimentação de carga aérea total no país, em janeiro de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 98 mil toneladas, montante 4% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 35% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

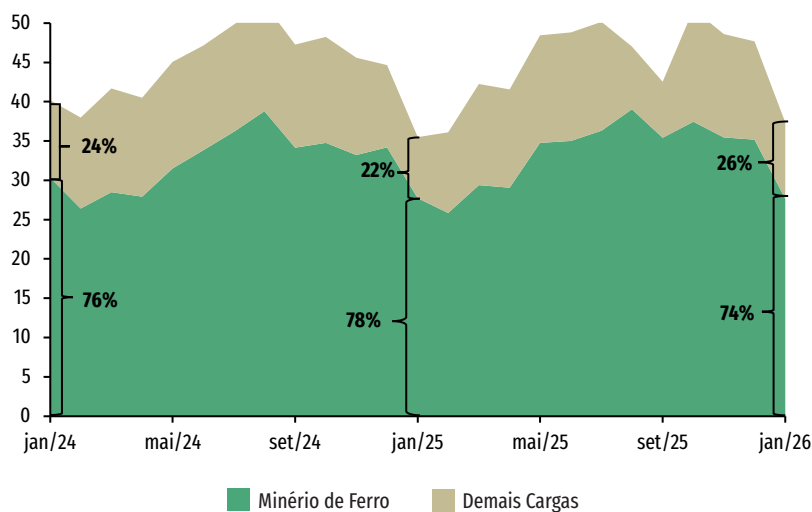


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

### 7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2026, foi de 37 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5,3% superior ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de grãos - milho foi a que apresentou maior crescimento (386%). O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado em janeiro de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 22 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Varição % jan/2026-jan/2025
Minério de Ferro	27.697	27.620	0%
Celulose	1.050	1.115	6%
Soja	290	1.012	250%
Açúcar	902	931	3%
Grãos - Milho	184	895	386%
Produtos Siderúrgicos	830	842	1%
Farelo de Soja	662	756	14%
Cobre	529	611	16%
Carvão Mineral	454	542	19%
Demais Produtos	2.880	3.042	6%
<b>Total</b>	<b>35.478</b>	<b>37.366</b>	<b>5,3%</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

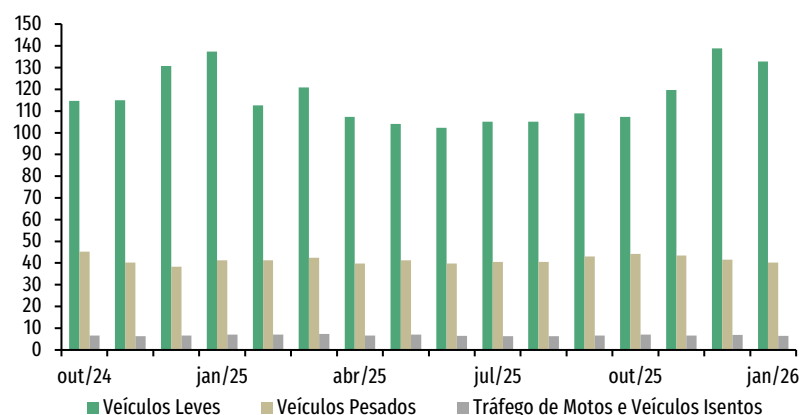
## 7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em janeiro de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pedagiadas foi de 179 milhões de veículos, valor 3% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 74% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (22%) e motos (1%). O tráfego isento em rodovias pedagiadas somou 4 milhões de veículos, o que representa 2% do total.

O tráfego de veículos pesados em janeiro de 2026 foi de 40,2 milhões de veículos, equivalente à 22% de todo o tráfego pedagiado. Esse valor foi 3% inferior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pedagiado de veículos leves foi de 133 milhões de veículos, valor 3% inferior ao verificado em janeiro de 2025.

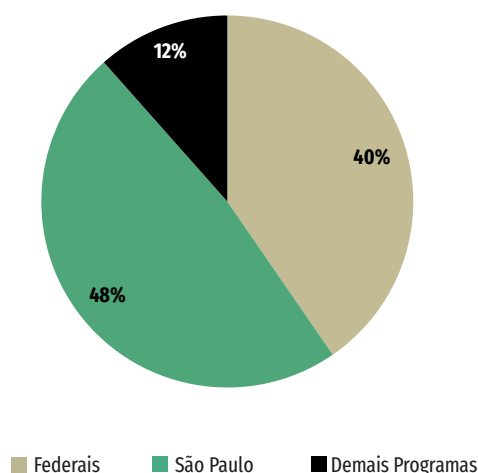
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pedagiadas foi de 72 milhões, valor 3% inferior ao observado em janeiro de 2025. Em relação às rodovias estaduais pedagiadas, o tráfego foi de 106,9 milhões, valor 4% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 86,2 milhões de veículos, e em outros estados, 20,7 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Janeiro de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 23 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Janeiro 2025	Janeiro 2026	Variação % jan/2026-jan/2025
Veículos leves	137,4	132,7	-3,4%
Veículos pesados	41,3	40,2	-2,6%
Motos	2,8	2,6	-9,4%
Tráfego isento	4,2	3,8	-8,2%
Tráfego total	185,7	179,3	-3,4%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

## 7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

**Tabela 24 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Janeiro de cada ano)**

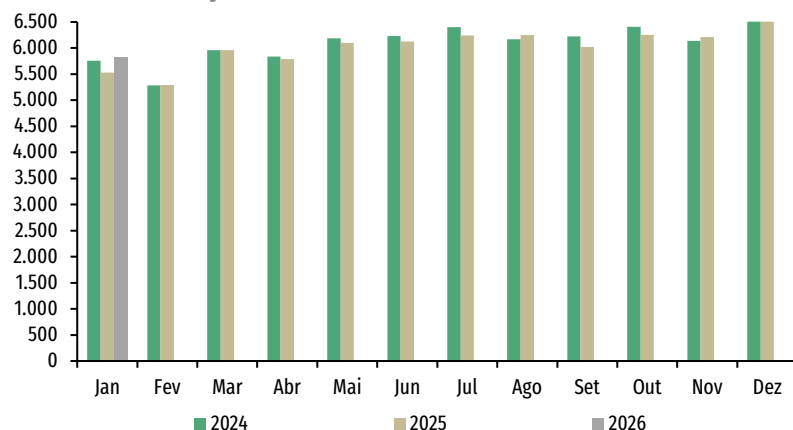
BR/UF	2025	2026	Varição (2026/2025)
SC-101	331	370	12%
SP-116	239	228	-5%
MG-381	219	290	32%
RJ-101	192	212	10%
PR-277	174	182	5%
MG-40	142	141	-1%
ES-101	139	149	7%
RJ-116	134	128	-4%
PB-230	130	100	-23%
PR-376	128	154	20%
MG-116	113	106	-6%
RS-116	93	93	0%
PR-116	90	91	1%
RS-290	88	53	-40%
SC-282	88	127	44%
BA-116	87	93	7%
MG-262	85	73	-14,1%
PE-101	82	130	59%
SC-280	81	74	-9%
Demais Trechos	2.893	3.021	4%
<b>Total</b>	<b>5.528</b>	<b>5.815</b>	<b>5%</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em janeiro de 2025, foram registrados 5.815 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 5% superior ao mesmo mês de 2024 e 1% superior ao verificado em janeiro de 2023.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes em janeiro de 2025 foram os da BR 101/SC (370 acidentes), BR 116/SP (228 acidentes) e BR 381/MG (290 acidentes).

**Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)**



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

## 7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

O preço médio da gasolina comum, em janeiro de 2026, foi de R\$ 6,32/L, valor 2% superior ao observado em janeiro de 2025 (R\$ 6,18/L).

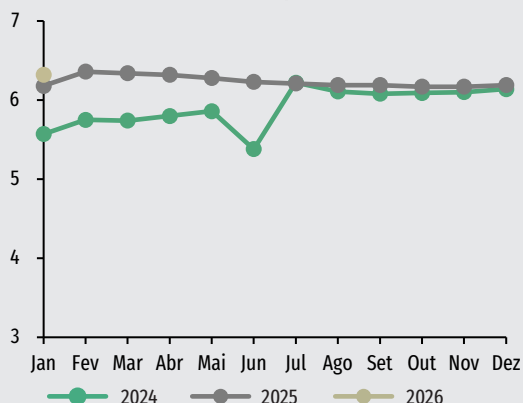
De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a janeiro de 2026, os tributos federais corresponderam a 11% do preço da gasolina comum, valor 0 pontos percentuais (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 25% do preço, um aumento de 3 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As

margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 1 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em janeiro de 2026, foi de R\$ 6,05/L, valor 0% inferior ao observado em janeiro de 2025 (R\$ 6,08/L).

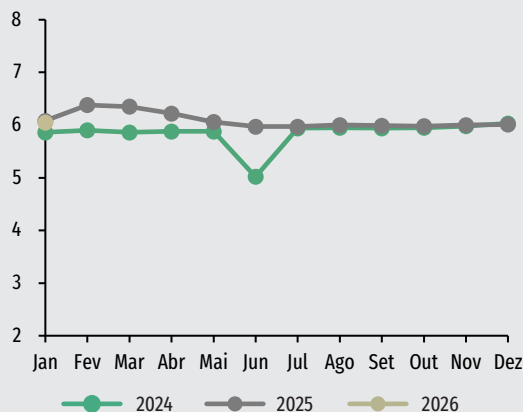
Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a janeiro de 2026, os tributos federais corresponderam a 5% do preço do óleo diesel, valor 0 pontos percentuais (p.p.) superior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 19% do preço, um aumento de 2 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 2 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R\$/L)



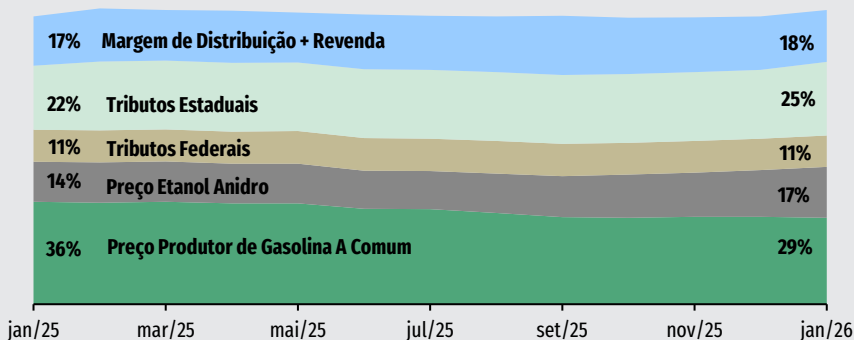
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel (R\$/L)



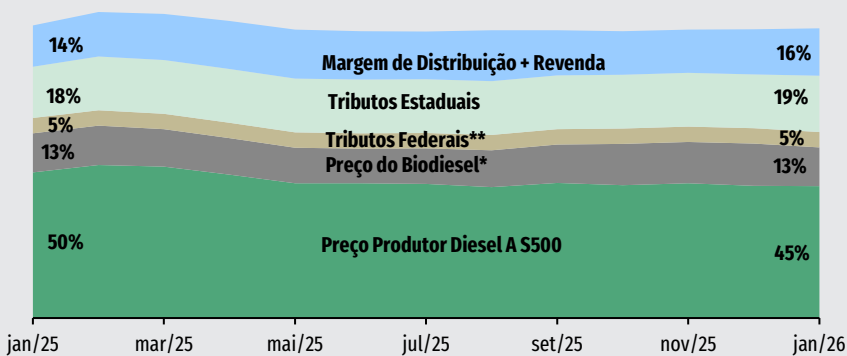
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: \*Preço do biodiesel com frete e tributos.

\*\*Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.



Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira em: [www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/)



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA | Publicação mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Diretoria de Relações Institucionais | Diretor: Roberto de Oliveira Muniz | Superintendência de Infraestrutura | Superintendente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Andreia Carvalho, Euder Santana, Fernanda Ortega, Mariana Lodder, Paula Bogossian, Ramon Cunha, Pedro Häggström, Rennaly Sousa e Roberto Wagner | e-mail: [infra@cni.com.br](mailto:infra@cni.com.br) | Editoração: Coordenação de Divulgação | Coordenadora: Carla Gadelha | Design gráfico: Simone Marcia Broch.

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 email: [sac@cni.com.br](mailto:sac@cni.com.br)

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Documento elaborado com dados disponíveis até 10 de abril 2026.